

Centro RVCC de CP de Faro

Trabalho Autobiográfico RVCC NS

O ALGARVE DESCONHECIDO – SINERGIAS ENTRE OS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Luís do Nascimento Filipe
Vale Telheiro, Vivenda Laginha, 8100-334 Loulé
Tel. 963305340 – luisnfilipe@hotmail.com

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
1. UM PROJECTO PRIVADO E SUA PRETENSÃO DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4
1.1 Apresentação do projecto	4
1.2 As instituições	6
1.3 Definição de Turismo em Espaço Rural	6
2. O PEDIDO DE VIABILIDADE	8
2.1 A Elaboração	8
2.2 O Conteúdo	8
3. OBTENÇÃO DE ENERGIA APROVEITANDO OS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.....	9
3.1 Os Tipos de Energias Alternativas	9
3.2 A Biomassa	9
3.3 As tecnologias de aproveitamento energético da biomassa	10
4. CONCLUSÃO	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	12
ANEXOS	13

INTRODUÇÃO

Neste trabalho proponho-me a apresentar uma versão muito própria sobre o Ambiente e Sustentabilidade, tendo como referência os Recursos Naturais assim como as Instituições e Modelos Institucionais referidos na proposta de trabalho. As áreas alvo deste trabalho são a Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC) e Cultura, Língua e Comunicação (CLC), tendo como tema os Recursos Naturais. Em Cidadania e Profissionalidade (CP) exploro as Instituições e Modelos Institucionais.

Em termos pessoais, este tema dos recursos naturais e o aproveitamento dos mesmos, toca-me bastante. Gosto particularmente da área onde vivo actualmente, em Vale Telheiro, cerca de 1,5km de Loulé. Localiza-se numa zona que tem um vasto número de recursos naturais, típicos do ambiente serrano algarvio, que proporciona uma qualidade de vida que me dá prazer e que me satisfaz poder proporcionar este estilo de vida, ligado à natureza, aos meus filhos. Este ambiente tem necessariamente que ser conservado e respeitado. Neste trabalho apresento a elaboração de um projecto pessoal que visava a integração de uma unidade de turismo rural nesta zona. Para além de promover a região e a cultura serrana, fazia também o aproveitamento dos recursos naturais existentes. O estreito relacionamento com as gentes locais, com a natureza, com o clima único e com as tradições, criava um ambiente propício para a aprendizagem e o respeito pelas tradições e cultura regional, assim como aprofundava o significado da necessidade de preservação da natureza.

De uma forma directa apresento o projecto em si, assim como a possibilidade que existe para a produção de energias alternativas num projecto desta natureza.

1. UM PROJECTO PRIVADO E SUA PRETENSÃO DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1.1 Apresentação do projecto

Sendo que as origens da nossa família, por parte da minha esposa, estão enraizadas na serra Algarvia, mais propriamente na zona de Loulé, tive oportunidade de conhecer hábitos, costumes e ambientes que antes desconhecia. Nos hábitos que tive oportunidade de conhecer, estão incluídos hábitos directos de aproveitamento e protecção



O monte em Vale Telheiro, Loulé

dos recursos naturais existentes na zona. Nos costumes incluem-se, o respeito que as gentes têm pela natureza e o profundo conhecimento do impacto que as alterações, tanto climatéricas como o desrespeito pelo equilíbrio da natureza, têm. Os ambientes que encontrei são de uma beleza e singularidade impressionante. No meio destas características, que encontrei na serra Algarvia, no seio da nossa família, descobri um monte típico do interior serrano, que serve de habitação à avó da minha esposa. Tratando-se de um monte centenário, cujo estado de conservação era relativamente bom e tendo em conta que a área coberta era de cerca 300m², contando com um terreno com cerca de 10.000m², foi-me surgindo uma ideia de aproveitamento para a quinta, que poderia enquadrar-se neste ambiente singular e frágil, promovendo a coabitação de pessoas na natureza típica envolvente deste habitat serrano.

Sendo que estou ligado à indústria Hoteleira, devido à minha profissão, pensei em juntar a possibilidade de explorar a quinta na sua vertente agrícola e turística. Tendo consciência dos recursos presentes na quinta propriamente dita, assim como em terrenos pertencentes à família, comecei a delinear um projecto que se enquadrasse harmoniosamente neste cenário.

Tendo por base o conhecimento de quintas educativas (que visitei ao longo do meu percurso escolar na Alemanha), juntando o conhecimento na área do turismo e tendo consciência da falta de investimento na manutenção das tradições de produção artesanal, e da transformação tradicional das matérias-primas obtidas dos recursos naturais presentes na Quinta, pensei num projecto de Turismo Rural nos seguintes moldes:

- Disponibilizar alojamento e condições de conforto de habitabilidade e lazer, criando espaços adequados.
- Proporcionar, a quem estiver hospedado na quinta, a oportunidade de participar nas actividades rurais.



Quinta do Vale, Alojamentos

- Criar um espaço onde as pessoas pudessem ver e aprender a aplicação dos métodos artesanais e tradicionais na transformação da matéria-prima. (ex. amassar e cozer o pão no forno a lenha, secar os figos, torrar as amêndoas, fazer o azeite, etc.)
- Disponibilizar toda esta possibilidade de aprendizagem para grupos de crianças, organizando festas e eventos de diversas naturezas (ex. festas de aniversário) onde haja a interacção entre as crianças e as gentes da região, assim como facultar a possibilidade de conhecer a fauna, flora e recursos naturais presentes na região, em brincadeiras pedagógicas e instrutivas, aliando a diversão à aprendizagem, promovendo a manutenção de hábitos e tradições, para além de alertar para a importância na preservação da natureza e seus recursos.

Pretendia com este projecto, não apenas obter uma fonte de rendimento, mas também divulgar e manter as tradições Louletanas, regionais e nacionais.

A título de exemplo vou referir uma situação que se deu com um casal de Canadianos, que passaram algum tempo connosco. Eles passaram algum tempo na quinta, por altura do varejo da azeitona. Intrigados com o que se estava a passar, foram convidados a integrar a comitiva do “varejo” para que se pudessem aperceber do que é que se tratava. Aceitaram o convite e vieram varejar as oliveiras. Perguntaram, curiosos, o que se fazia com as azeitonas, após tão penosa tarefa. Foi-lhes explicado que algumas eram aproveitadas para consumo doméstico, outras para serem transformadas em azeite. Após um dia exaustivo de varejo, foram connosco ao lagar, onde viram como era produzido o azeite. No dia seguinte, já refeitos do dia cansativo, exclamaram, com um claro respeito pelo que tinha aprendido: “Agora já sabemos dar o real valor a uma garrafa de azeite que está nas prateleiras do supermercado, isto é muito trabalhoso.”

São testemunhos assim que me fazem sentir que deveremos preservar as tradições e defender afincadamente os recursos disponíveis, que nos passam tão despercebidos.

1.2 As instituições

Para que todo este projecto não passasse de uma fantasia foi necessário aperceber-se do enquadramento da Quinta e a que tipo de instituições recorrer para obter informações sobre a sua exequibilidade.

Em primeiro lugar recorreu-se à Câmara Municipal e consultou-se o mapa do PDM (Plano Director Municipal) para definir o enquadramento nos instrumentos urbanísticos (ver anexo 01,02 e 03). Ficou-se a saber que o local se encontra abrangido pela classe de solo denominada “Espaço Agrícola – RAN (Reserva Agrícola Nacional)”, sendo que esta classificação sujeita o projecto a um conjunto de condicionamentos legais que fazem parte integrante do Decreto-Lei n.º 196-89 de 14-06-1989 (ver anexo 04).

Sendo que a Quinta se encontra localizada numa zona de Reserva Agrícola Nacional, foi necessário solicitar um parecer ao Ministério da Agricultura, neste caso específico à Comissão Regional da Reserva Agrícola do Algarve, com sede na DRAALG (Direcção Regional de Agricultura do Algarve), referindo-se às alterações à construção existente para a instalação de uma Unidade de Turismo Rural (ver anexo 05).

Tratando-se da pretensão de instalação de uma Unidade de Turismo Rural, tivemos também que recorrer à Direcção Geral do Turismo (DGT) para obter a viabilidade para a execução da referida unidade no local pretendido.

1.3 Definição de Turismo em Espaço Rural

Neste caso uma unidade de Turismo em Espaço Rural (TER) tem de obedecer a um determinado número de características. Este tipo de unidade consiste no conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais.

O Turismo no Espaço Rural, por ser de natureza familiar, possui características próprias e pouco comuns com outras modalidades mais conhecidas de turismo.

Conforme o nome indica, localizam-se em zonas rurais, isto é, em áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura, ambiente e paisagem de carácter marcadamente rural. São estabelecimentos que além de prestarem serviços temporários de hospedagem e de animação a turistas, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural, possibilitam, através da preservação, recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das várias regiões de Portugal, através do aproveitamento e manutenção de casas ou construções tradicionais.

2. O PEDIDO DE VIABILIDADE

2.1 A Elaboração

Numa retrospectiva ao percurso de vida e analisando a minha intervenção nesta área, não fui autor de nenhum texto ou publicações relacionadas com este tema. A única coisa na qual participei directamente foi o projecto da Quinta do Vale. Mesmo assim não foi elaborado por mim, mas sim com a intervenção de todos. Tendo por base a pretensão de dar início ao projecto, decidimos pedir ajuda a alguém que conheça os condicionalismos e formas de poder avançar com este projecto. Neste caso recorri a um arquitecto. Assim sendo inteirei-me dos condicionalismos inerentes a um projecto desta natureza e elaboramos uma memória descritiva da pretensão e do programa preliminar proposto (ver anexo 06).

Deste documento faz parte uma memória descritiva e justificativa do pedido de viabilidade tendo em conta todos os condicionalismos. Assim sendo, este documento utiliza uma linguagem informativa e cuidada quanto à terminologia utilizada. Sendo que se trata de um pedido de viabilidade que é dirigido a diversos organismos oficiais, teve de se ter em conta os termos técnicos utilizados de forma a serem correctos e perceptíveis aos diversos intervenientes.

2.2 O Conteúdo

Para além da descrição do pedido e tipo de alterações pretendidas, foi também referido e salientado o enquadramento urbanístico e na política de ordenamento do território. Quanto ao enquadramento na zona, teve que se ter em conta a linguagem arquitectónica presente na região assim como o respeito pela coexistência de uma unidade de turismo e os recursos naturais presentes.

3. OBTENÇÃO DE ENERGIA APROVEITANDO OS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES

3.1 Os Tipos de Energias Alternativas

Existem várias formas de energias alternativas, como por exemplo:

- Eólica
- Solar
- Geotérmica
- Hídrica
- Oceanos
- Biomassa

Neste caso irei referir-me á última, a Biomassa. Escolhi este tipo de energia alternativa, porque numa produção agrícola obtêm-se resíduos que se aplicam na produção da Biomassa.

3.2 A Biomassa

Deverão ser consideradas várias fontes energéticas de origem natural neste capítulo. A biomassa sólida, biocombustíveis gasosos e biocombustíveis líquidos. Sendo que este trabalho assenta num projecto de Turismo Rural ligado à actividade agrícola, irei centrar-me na biomassa sólida. Esta tem como fonte os produtos e resíduos da agricultura, incluindo substâncias vegetais e animais.

O processo de conversão ou aproveitamento de energia passa primeiro pela recolha dos resíduos de que é composta, sendo depois transportados para os locais de consumo, onde se faz o aproveitamento energético por combustão directa.

As vantagens deste tipo de energia são:

- Baixo custo de aquisição
- Não emissão de dióxido de enxofre
- As cinzas provenientes da sua combustão são menos agressivas ao meio ambiente que as provenientes de combustíveis fósseis
- Menor corrosão dos equipamentos, ou seja das caldeiras e fornos
- Menor risco ambiental
- É um recurso renovável

As principais desvantagens são:

- Menor poder calorífico
- Maior possibilidade de emissões de partículas para a atmosfera
- Maior custo de investimento para a caldeira e os equipamentos de redução de emissões de partículas (ex. filtros)
- Dificuldade no stock e armazenamento

3.3 As tecnologias de aproveitamento energético da biomassa

As tecnologias de aproveitamento do potencial da biomassa sólida passam essencialmente pela queima em centrais térmicas que utilizam várias tecnologias. Essas tecnologias consistem na queima em grelha fixa, móvel ou inclinada e de leito fluidizado (liquefacção), ou centrais de cogeração para a produção de energia eléctrica e de água quente, ou ainda a queima directa (combustão) em lareiras para produção directa de calor.

O que é a combustão ou queima directa?

É a transformação da energia química do combustível em calor por meio de reacções dos elementos constituintes dos combustíveis com oxigénio.

O que é a liquefacção?

É o processo de produção de combustíveis líquidos por meio da reacção da biomassa triturada em um meio líquido com monóxido de carbono em presença de um catalisador alcalino (Obtém-se um líquido viscoso que pode ser utilizado como combustível em fornos).

4. CONCLUSÃO

Este trabalho revelou-se ser mais difícil do que inicialmente esperava. A experiência tida com este meu projecto tornou-se bastante frustrante. Isto porque para que este projecto se pudesse concretizar, teria de recorrer a um financiamento de fundos comunitários, ao abrigo do programa SIPIE (Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais). Após termos conseguido as viabilidades de todos os organismos oficiais, desde a Câmara Municipal, Ministério da Agricultura à Direcção Geral do Turismo, ao tentar finalizar o pedido de financiamento, foi precisamente nessa altura que o nosso Primeiro-ministro de então, o Exmo. Sr. Eng.º António Guterres, lembrou-se em abandonar o governo. Assim sendo todos os financiamentos foram congelados, o nosso incluído. Por isso o reviver de toda esta frustração tornou a elaboração deste trabalho algo difícil. Aprendi várias coisas, no que respeita ao aproveitamento energético dos recursos existentes. Todos, de uma forma geral, temos conhecimento de que se pode aproveitar os recursos naturais para obter energia. Mas ao elaborar este trabalho conheci mais algumas que me eram desconhecidas. Tendo obtido conhecimento mais aprofundado sobre a energia solar, temos pensado em fazer o aproveitamento em casa, utilizando painéis foto voltaicos para a obtenção de energia e fazer o aquecimento de água.

Quanto aos temas propostos, tentei abordá-los de uma forma coesa e com uma fluidez que fizesse sentido e que evidenciasse a pretensão expressa na introdução. Julgo que consegui abordá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Constituição da Republica Portuguesa, *Direitos e deveres fundamentais – Direitos e deveres económicos, sociais e culturais*, Capitulo II, Artigo 66º
- Revista da Gestão Costeira Integrada (2007), *A Gestão da Zona Costeira Portuguesa*, Artigo Eng. Fernando Veloso Gomes, da Faculdade Engenharia da Universidade do Porto
- Decreto-Lei n.º 169-89 de 16-06-1989, *do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação*
- SCC Natação. (2007), *Alimentação do Atleta*, Acedido em 03 de Janeiro 2008 em <http://sccnatacao.blog.com>
- Energias Renováveis (2007), *Energia da Biomassa*, Acedido em 24 de Janeiro de 2007, em
Http://www.energiasrenovaveis.com/html/energias/bio_fonte.asp
- Central Nacional de Turismo em Espaço Rural, *Legislação TER*, Acedido em 25 de Janeiro de 2007, em:
http://www.center.pt/imprensactr/estudo_116.pdf

ANEXOS